



Cooperfarms

Edição Janeiro/Fevereiro 2014

Soja Bt

*a necessidade do refúgio de
50% para maior eficácia e
durabilidade da proteína*

PAG.
06

*Controle Biológico surte
efeito positivo contra
Helicoverpa*



PAG.
08

*As versões para o Cadastro
Estadual Florestal de Imóveis
Rurais*

Editorial

Nesta edição da Revista Cooperfarms, chega ao leitor um esclarecimento sobre o Cefir - Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais – que é obrigatório. Também vai ser possível conhecer as particularidades da soja Bt e a necessidade do refúgio de 50% para maior eficácia e durabilidade da proteína.

Os cooperados têm sido destaque nacional com participações expressivas no Globo Rural. Esta edição traz mais uma participação em uma reportagem que trata do desenvolvimento de São Desidério.

A Cooperfarms também leva à discussão o controle biológico como grande alternativa no combate a pragas nas lavouras do oeste baiano.

Conselho Fiscal

Membro Efetivo: Roseli Vitória Martelli D'Agostini Lins

Membro Efetivo: Rudelvi Senair Bombarda

Membro Efetivo: Alceu Ademar Vicenzi

Suplente: Genes Ceppo

Suplente: Cristiano Nelson Gonçalves

Suplente: Carlos Alberto Moresco

Jornalista responsável: Sílvia Torres DRT RN00952JP

Marketing: Renata Ribeiro

Diretoria Estatutária

Diretor Presidente:

Odacil Ranzi

Email: ranziodacil@uol.com.br

Diretor Vice-presidente:

Luiz Antonio Pradella

Email: luiz@grupopradella.com

Diretor 1º Secretário:

Wilsemar José Dorneles Elger

Email: wilelger@hotmail.com

Diretor 2º Secretário:

Arlei José Machado de Freitas

Email: arlei_isaf@hotmail.com

Diretor 1º Tesoureiro:

Francisco Klein

Email: chicoklein@hotmail.com

Diretor 2º Tesoureiro:

Celestino Zanella

Email:

celestino.zanella@fazendadecisao.com.br

Diretor Executivo: Carlos Roberto Meurer

Email: carlosmeurer@cooperfarms.com.br

Diretor Comercial: Odair José de Aguiar

Email: odairaguiar@cooperfarms.com.br

Diretor Técnico: Celito Eduardo Breda

Email: celitobreda@uol.com.br



COOPERADOS SÃO ENTREVISTADOS POR EQUIPE DO GLOBO RURAL EM REPORTAGEM EXIBIDA EM PROGRAMA ESPECIAL

“IBGE aponta São Desidério, na BA, como maior PIB agrícola do país”

Os cooperados Célio Zuttion e Marcelino Kuhnen participaram da reportagem do Globo Rural que tratou do município de São Desidério como cidade próspera e de destaque nacional. A reportagem foi exibida dia 29 de dezembro de 2013 e deu destaque aos desbravadores que foram atraídos pelos preços da terra e transformaram o cerrado baiano num ambiente promissor. Também foram apontadas as deficiências nas escolas, nos serviços públicos, hospitais e saneamento básico, apesar da expansão agrícola.

A reportagem abordou São Desidério como um lugar para passar férias, admirar as veredas e o canto das corredeiras. “São 26 rios perenes na região. O Grande é um dos principais afluentes do São Francisco e é no Vale do Grande que fica a cidade, fundada ainda no século XIX. Dos 30 mil habitantes, 60% vivem na zona rural, a maioria lida com pecuária de corte e agricultura para consumo da própria família.”

Ainda segundo a reportagem, a ocupação neste trecho do cerrado baiano é das plantações que mais uma vez colocam o município no primeiro lugar em valor de produção agrícola, segundo levantamento do IBGE. “São Desidério disputa o

pódio do faturamento agrícola com Sorriso, no Mato Grosso.”

O ponto mais alto da reportagem foi a apresentação de números de uma pesquisa mais recente, em que a soma do que saiu das lavouras deixou Sorriso em segundo lugar com R\$ 2,66 bilhões, pondo São Desidério em primeiro, com R\$ 2,285 bilhões.

Confira reportagem acessando <http://globo-tv.globo.com/rede-globo/globo-rural/v/ibge-aponta-sao-desiderio-na-ba-como-maior-pib-agricola-do-pais/3045545/>



Soja Bt

*Um fato determinante para os produtores rurais que deve ser cumprido à risca é a área de refúgio de soja GM Bt, "Intacta RR2 PRO". Para cada hectare de soja Bt deve ser plantado um hectare de refúgio, ou seja, uma área mínima de 50%. E nessa área de refúgio estruturado não devem ser realizadas pulverizações com inseticidas à base de Bt (*bacillus thuringiensis*).*

Plantando mais de 50% de soja Bt com uma só proteína, as lagartas ficam resistentes mais rapidamente e a proteína CRY 1Ac (da soja Intacta) será perdida. Se tivermos 50% ou mais de soja não Bt, as mariposas desta soja irão cruzar com as da lavoura de soja Bt e os indivíduos resultantes serão suscetíveis à proteína em questão. Assim, manteremos por mais tempo a durabilidade da tecnologia.

O risco de diminuir a eficácia e durabilidade da falta de prática do refúgio de 50% é grande. Os produtores que insistem no descumprimento têm falhas e baixa durabilidade durante o mau uso da tecnologia Bt.

Os produtores de milho Bt do oeste da Bahia

reclamam muito da falta de resposta e retorno econômico. Plantam o milho Bt, pagam altos valores de royalties e mesmo assim têm que aplicar inseticidas.

No milho Bt, no primeiro ano, tivemos um excelente controle de lagartas e no quinto ano, a eficácia já tinha caído para menos de 50%. Nesta safra 13/14 a eficácia caiu em média para menos de 20% de controle de lagartas. Isso ocorreu porque, nos últimos anos, os produtores não conseguiram plantar áreas de refúgio estruturado, numa porcentagem suficiente. No caso do milho, a recomendação dos entomologistas é de 20% não Bt como área de refúgio.



a necessidade do refúgio de 50% para maior eficácia e durabilidade da proteína

É importante reforçar que o refúgio deverá estar a uma distância máxima do não Bt de 800 m. Esses refúgios deverão florescer no mesmo período que os Bt ao lado.

As tecnologias Bt não são 100% eficazes, portanto deveremos complementar o controle de pragas dessas lavouras com controle biológico de lagartas, como ocorre na Austrália e, às vezes, de químico também.

As pragas como percevejo e mosca branca em lavouras Bt não serão controladas pela tecnologia. Ao contrário, às vezes até incidem em maior percentual em lavouras Bt, pois nesses casos as pulverizações são muito poucas e algumas pragas sobem de importância.

A Soja Intacta (BtRR) não controla as lagartas do gênero Spodopteras. A eficácia é média (apenas de supressão) em lagartas do gênero Helicoverpa. As falsas medeiras também não terão 100% de eficácia.

É importante lembrar para não utilizar nos refúgios aplicação de isca tóxica para controle de Mari-

posas. Precisamos das mariposas das áreas não Bt para cruzarem com as mariposas da lavoura Bt.

Há mais de 20 proteínas Bt utilizadas nas culturas no mundo todo. Uma das principais é do grupo CRY 1 (Cry 1Ac- soja Intacta; CRY 1Ab; Cry 1F, etc..). Quando as lagartas começam a adquirir altos níveis de resistência em uma dessas proteínas, as demais do mesmo grupo também correm sérios riscos de resistência.

A finalidade de manter por mais tempo as tecnologias Bt é para utilizarmos bem as ferramentas de biotecnologia e termos retorno dos royalties que pagamos. Quando o produtor de milho paga R\$200,00 a 300,00 por hectare uma tecnologia Bt e não tem eficácia ele tem custo redobrado. Tem que aplicar defensivos e pagar os royalties.

Outros esclarecimentos podem ser buscados em sites da AIBA/ABAPA/FBA/AEAB/AGROLEM, sobre o Programa Fitossanitário do oeste da Bahia.



Controle Biológico surte efeito positivo contra *Helicoverpa*

Mas ainda não o suficiente para as plusias ou falsas medideiras

Um vírus que tem sido bastante eficaz no combate à *Helicoverpa* é o HzNPV. O vírus foi trazido da Austrália pela CCAB e com auxílio da Cooperfarms diante dos excelentes resultados observados naquele país.

Hoje, o vírus é o produto com maior benefício por dia de controle da praga. Há também aplicação de produtos químicos, como o uso das diamidas.

“Tivemos alguns casos em soja com residual do vírus de mais de 30 dias de controle. O vírus foi aplicado com a lagarta ainda em seus primeiros instares e feitas duas aplicações sequenciais”, esclareceu Celito Breda, engenheiro agrônomo.

Celito conversou com entomologistas e foi feita uma relação de produtos que fossem registrados no Brasil. Alguns produtos químicos e biológicos obtiveram registro

emergencial em menos de três meses. Um deles foi o vírus HzNPV. A relação foi assinada por representantes da Aiba, Adab e Abapa, além da Abrapa.

Hoje, as pragas mais importantes economicamente em soja são: Falsa Medideira, *Helicoverpa* e *Spodoptera*.

Para *Helicoverpa* em soja e feijão o controle sugerido é o biológico, integrado aos demais controles que são: cultural e químico.

Hoje, o controle biológico em soja atinge 100% das lavouras do oeste da Bahia, principalmente com inseticidas a base de bactérias. Com vírus em torno de 30% da área. Não é maior este % devido à falta do produto.

O foco maior agora na região são as plusias que são as lagartas mede palmo. Não há produtos tão eficientes e disponíveis para controlá-las.

Mas uma grande mobilização está sendo feita além da soja para as culturas de algodão e milho. Já estão sendo feitos contatos com pesquisadores, alguns da Austrália e outros da Embrapa para a elaboração junto à essas instituições para o desenvolvimento de vírus eficazes para todas as espécies de lagarta, além de testar produtos a base de fungos e bactérias.

Existe vírus para o combate à falsa medideira e está funcionando bem em nível de laboratório, mas ainda não estão sendo fabricados comercialmente. A ideia é fazer mais testes para o registro imediato de novos produtos para o controle biológico das lagartas. “Não queremos usar só químicos como até então. Precisamos urgentemente agregar em nosso sistema de manejo mais ferramentas de controle biológico e cultural”, avaliou Celito Breda.



Segunda fase do Programa Fitossanitário

Segunda fase do Programa Fitossanitário é marcada por adequações e verificação de cumprimento de refúgio.

A segunda fase do Programa Fitossanitário foi iniciada com visitas às propriedades do Oeste do Estado para monitorar as lavouras de milho, algodão e soja. O objetivo é verificar se as diretrizes apresentadas na primeira fase estão sendo colocadas em

prática e se haverá a necessidade de ajustes.

Segundo o coordenador do grupo técnico do Programa Fitossanitário da Bahia, Celito Breda, a segunda fase é direcionada à realização de adequações. "Precisamos ver se o calendário de plantio proposto está funcionando e verificar se o refúgio para proteção de biotecnologias (OGM'S) será mandatório com

20% de plantas não Bt para o milho, 20% para o algodão e 50% para a soja, como foi preconizado no Programa Fitossanitário", disse Breda, acrescentando que, ainda nesta fase, "será verificada a necessidade de utilização de novas ferramentas de manejo de pragas e a flexibilização para o cultivo irrigado durante o vazio sanitário".

“ Formadas por agrônomos e técnicos agrícolas, as equipes vão percorrer os 2,2 milhões de hectares cultivados no Oeste da Bahia para oferecer orientação nas áreas técnicas e de destruição de restos culturais e de plantas voluntárias. ”

Formadas por agrônomos e técnicos agrícolas, as equipes vão percorrer os 2,2 milhões de hectares cultivados no Oeste da Bahia para oferecer orientação nas áreas técnicas e de destruição de restos culturais e de plantas voluntárias. A área monitorada compreende propriedades dos municípios de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, São Desidério, Cocos, Jaborandi, Correntina, Formosa

do Rio Preto e Riachão das Neves. Elas estão distribuídas em 20 núcleos.

Semanalmente, a coordenação das equipes de campo do Programa Fitossanitário da Bahia produz um relatório que é enviado aos produtores para que eles acompanhem os resultados do trabalho de controle do Bicudo e da Helicoverpa armigera na região.

Após o período de colheita, terá início o vazio sanitário para todas as culturas no Oeste da Bahia, de acordo com o que determina o Programa Fitossanitário, mas o trabalho de monitoramento feito pelas equipes de campo não será interrompido.

Fonte: AIBA



Os novos caminhos para o **LICENCIAMENTO AMBIENTAL**

As versões para o Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais

Desde que teve início a obrigatoriedade dos proprietários rurais do Estado da Bahia de realizarem o Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais – CEFIR muita discussão veio à tona. E caso não seja realizado o cadastramento, os produtores correm o risco de terem outros serviços ambientais solicitados ao Estado não atendidos.

Cefir

A criação do Cadastro atende a um dispositivo na Lei Federal no 12.651/12 e representa um registro público eletrônico de âmbito estadual que tem o objetivo de servir de auxílio para o controle e fiscalização das atividades rurais e no desenvolvimento de Políticas Públicas de gestão. Em âmbito estadual o CEFIR substitui o Cadastro Ambiental Rural - CAR. O cadastramento é feito pela internet através do site www.sistema.seia.ba.gov.br.

E Luís Eduardo Magalhães, a partir deste ano, passa a realizar o licenciamento ambiental através do Cefir que antes era feito pela Secretaria do Meio Ambiente do Município.

Segundo a secretária do Meio Ambiente Municipal, Fernanda Aguiar, a mudança é tão somente o cumprimento da lei. “O nosso papel é cumprir a lei.” A secretária explicou que a mudança atual vem da Lei

Complementar nº.140, sancionada pela Presidenta da República no dia 08 dezembro de 2011, onde prevê em seu artigo 9º, XIV, alínea “a” que são ações administrativas dos Municípios: XIV - observadas as atribuições dos demais entes federativos previstas nesta Lei Complementar, promover o licenciamento ambiental das atividades ou empreendimentos: que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito local, conforme tipologia definida pelos respectivos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente, considerados os critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade.

Em 03 de dezembro de 2013, foi publicada em diário oficial a nova Resolução nº. 4.327, do Conselho Estadual de Meio Ambiente do Estado da Bahia-CEPRAM, que dispõe sobre as atividades de impacto local de competência dos Municípios, fixa normas gerais de cooperação federativa nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente e ao combate da poluição em qualquer de suas formas, conforme previsto na Lei Complementar nº. 140/2011. A referida Resolução CEPRAM nº. 4327/2013 prescreve em seu art. 1º a definição de impacto local, ou seja:

Art. 1º - Fica definido, para fins desta Resolução como impacto ambiental de âmbito local qualquer alteração direta das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, que afetem a saúde, a segurança e o bem-estar da população, as atividades sociais e econômicas, a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; e a qualidade dos recursos ambientais, dentro dos limites territoriais do Município.

E complementa em seu parágrafo primeiro que o Município licenciará os empreendimentos e atividades que estão previstos em seu anexo único.

§1º - Ficam estabelecidos, através do Anexo Único, os empreendimentos e atividades considerados como de impacto local, para efeito de licenciamento ambiental.

Já o artigo 14 da mesma Resolução esclarece e conclui que o Município não poderá criar novas tipologias de impacto local, afrontando a Resolução do Conselho Estadual de Meio Ambiente. Vejamos:

Art. 14 - Os Municípios poderão estabelecer portes mais protetivos para o licenciamento de atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, daqueles definidos pelo CEPRAM, desde que observadas as tipologias identificadas, como de impacto ambiental local.

Fernanda conclui o esclarecimento, dizendo que a Secretaria de Meio Ambiente e Economia

Solidária deste Município está apenas cumprindo a determinação da legislação federal e estadual, não cabendo ao Poder Público Municipal licenciar atividades de agricultura irrigada ou de sequeiro, já que não há previsão legal para protocolarmos, analisarmos ou emitirmos o licenciamento ambiental dessas atividades.

A previsão da Resolução CEPRAM é que os referidos processos de agricultura e sequeiro sejam arquivados imediatamente, contudo, entendemos que o que não é licenciado é dispensado da licença ambiental, assim, estamos emitindo a dispensa de licenciamento ambiental antes do seu efetivo arquivamento, dando uma satisfação aos vários requerentes que formalizaram processo nesta Secretaria.

Art. 15 - O Órgão Ambiental Capacitado Municipal ao detectar a formação de processo de licenciamento fora do seu âmbito de competência e/ou do nível da opção da gestão ambiental dará ciência imediata ao requerente do arquivamento do processo.

A antiga Resolução CEPRAM n. 3925/2009, revogada pela 4327/2013, previa o licenciamento de agricultura irrigada e sequeiro e não previa a proibição dos Municípios de criarem novas tipologias. O CE-FIR é a partir desta nova Resolução CEPRAM nº. 4327/2013 o único instrumento de gestão ambiental rural, especificamente, das atividades de agricultura de sequeiro e irrigação.



SEIA | Sistema Estadual de Informações Ambientais e de Recursos Hídricos

Para acessar a consulta pública ou outras funções do SEIA, siga os passos:

- 1 - Cadastre-se como usuário clicando [aqui](#);
- 2 - Será enviado um e-mail para ativação do seu usuário;
- 3 - Informe ao lado seu login/senha para entrar no sistema.

Problemas em ativar seu usuário? [Clique aqui](#).

Dúvidas em como utilizar o SEIA? [Clique aqui](#) para visualizar o manual.

*** Usuário**

*** Senha**

[Esqueci a senha](#)

Entrar

*Campo de preenchimento obrigatório



INEMA/Monte Serrat: Rua Rio São Francisco, Nº1, Monte Serrat. CEP:40.425-060 - Salvador - Bahia - Brasil

Para Arlei José Machado de Freitas, representante do Sindicato Rural de Luís Eduardo Magalhães, o CEFIR é bom para o produtor, principalmente pelo fato de não ser mais preciso solicitar licenciamento ambiental, ou a sua renovação, como até aqui. “Tem alguns “porém”, como a adequação ao CAR (Cadastro Federal) que seremos obrigados a aderir. Ou seja, dois cadastros com o mesmo objetivo; pagar novamente para ser monitorado.” Ainda segundo Arlei Machado, o CEFIR pode ser considerado um problema para os produtores que estão com alguma irregularidade na propriedade. “Por exemplo: reserva legal inexistente ou com documentação irregular, APP irregular, etc. Somente com tudo regular é que o produtor conseguirá cadastrar a propriedade no CEFIR. Portanto, ele precisa correr para acertar as irregularidades, cadastrar a propriedade no CEFIR, para poder se liberar do problema da licença ambiental. O Sindicato montou uma

equipe (composta de um engenheiro florestal e secretária) para cadastrar as propriedades no CEFIR e auxiliar o produtor na busca de soluções para as eventuais irregularidades, tanto junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, quanto no INEMA (Estadual)”.

Saul de Souza Cavalcanti Reis, coordenador regional do INEMA, reforça que o CEFIR é um instrumento de regularização dos imóveis rurais desenvolvido pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA) em conjunto com o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA). O CEFIR equivale ao Cadastro Ambiental Rural (CAR) instituído pelo Novo Código Florestal (lei nº 12. 651/2013). E ainda de acordo com ele, o INEMA e a SEMA têm o papel de informar e dar as condições necessárias para a realização do cadastro, possibilitando a regularização ambiental das propriedades rurais, através do sistema SEIA.

MONITORAMENTO

Saul Reis lembra que o Cefir além de ser um instrumento de regularização ambiental dos imóveis rurais, servirá como base para o monitoramento de áreas de preservação permanente, reserva legal, servidão florestal, servidão ambiental, das florestas de produção e outros aspectos, necessário a efetivação do controle, regulação e da fiscalização das atividades florestais. “A ideia é proporcionar a regularização ambiental das propriedades rurais no que tange seus aspectos e impactos socioambientais, promovendo a segurança jurídica”, concluiu Saul Reis.



SITE DA COOPERFARMS REGISTRA MAIS DE 115 MIL ACESSOS EM 2013

Acessando o site <http://www.cooperfarms.com.br/> muita gente interessada no agronegócio acompanha o que há de mais atual nesse cenário, acompanhando notícias regionais, nacionais e internacionais.

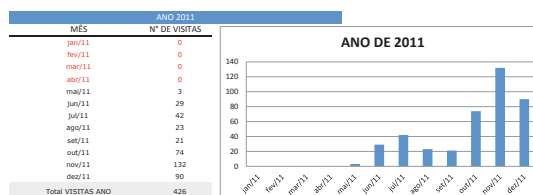
As notícias publicadas abordam assuntos como tendência de mercado, preço de grãos, situação da safra, pragas e soluções.

Além das notícias, o visitante pode conferir o Clima Tempo, Commodities em Tempo Real oferecidas por Forex, História e Estrutura da Cooperfarms, com exibição dos objetivos, missão, área de atuação, lista de cooperados, links úteis, produtos, departamentos e vídeos da instituição. Ainda pode visualizar a cotação do dólar.

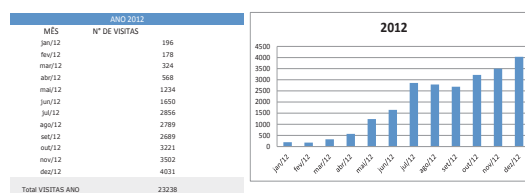
Todos esses assuntos publicados em um só lugar tem feito muito internauta preferir acessar o site da Cooperfarms no decorrer de aproximadamente três anos. Durante esse tempo, o site tem conquistado um público cada vez mais diversificado e crescente.

Segundo relatório dos últimos três anos, a diferença no número de acessos saltou de 426 para mais de 115mil por ano. Em 2012, levando em consideração que as atividades online não iniciaram em janeiro, foram registrados 426 acessos. Em 2012, o pulo nos números já foi surpreendente, 23.238. E em 2013 somamos 115.461 acessos, tendo o mês de novembro recordista com 18.235 visitas.

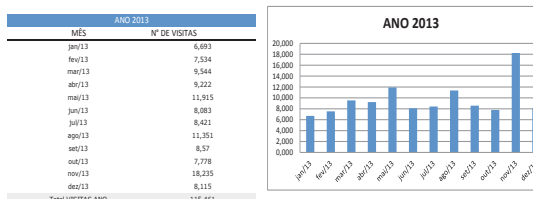
Relatório de Visitas



Relatório de Visitas



Relatório de Visitas



De acordo com o diretor presidente da Cooperfarms, Odacil Ranzi, “os números só comprovam a prática da visão da cooperativa de obter o reconhecimento pela prestação de serviços aos cooperados, pelo profissionalismo nos relacionamentos comerciais, e ao público interessado em seguir o crescimento da região e os passos de que ajuda a movimentar o agronegócio do cerrado baiano”.

COOPERFARMS APOIA INICIATIVA EM GENEBRA PARA MELHORAR RELAÇÃO DE EXPORTAÇÃO DOS PRODUTOS DO OESTE BAIANO

Rafael Martelli D'Agostini, filho da cooperada Roseli D'Agostini Lins, passou uma temporada em Genebra, na Suíça, de setembro a dezembro de 2013.

Fez um curso de formação em comércio internacional e prestou assessoria à Delegação Brasileira do Ministério das Relações Exteriores junto à Organização Mundial do Comércio.

Tudo teve início depois que Rafael participou de uma seleção em que cinco advogados foram contemplados a ter essa vivência em Genebra. Rafael teve contato com diplomatas e os assessorou e participou de reuniões para realização de pesquisas e relatórios, na tentativa de facilitar as exportações brasileiras com produtos do setor primário. Nas reuniões também eram discutidas as barreiras fitossanitárias e sanitárias que eram indeferidas.

“Essa experiência apontou vários aspectos positivos como disposição de mão de obra, contato com o governo, com representantes de ministérios.”

Rafael construiu uma boa rede de relacionamento em Genebra e já negocia a vinda de um dos diplomatas, o presidente do G20 Agrícola no Brasil Guilherme Bayer. “A ideia é que ele realize palestras com os produtores sobre comércio e relações exteriores. O objetivo é aproximar os produtores rurais do oeste baiano ao Itamarati, facilitando a exportação dos produtos.”

Para essa experiência lá fora, Rafael contou com o apoio da Cooperfarms, AIBA, ABAPA, Sindicato dos Produtores Rurais de Luís Eduardo Magalhães, ABRAPA e OAB LEM-BA.





MINI CARAVANA DO MANEJO INTEGRADO ABORDA APLICAÇÃO DO VÍRUS HzNPV

Nos dias 11 e 12 de fevereiro foi realizada a Mini Caravana do Manejo Integrado de Pragas, M. I. P. A iniciativa foi da Cooperfarms e da CCAB Agro S/A, com apoio da Embrapa e AgBitech. Fazendas com aplicação do inseticida biológico – Vírus (HzNPV) foram visitadas. No dia 11, a caravana seguiu em direção à Fazenda Radoll - Bela Vista, que concentra culturas de soja, gurutuba e algodão. Dia 12, foi a vez da Fazenda Kelly, no Novo Paraná, com as culturas de soja e algodão.

Segundo Luiz Américo da Costa, engenheiro agrônomo e gestor de negócios CCAB, eventos como a Mini Caravana são fundamentais para a transferência de tecnologias. “Nos dois dias que realizamos visitas a propriedades agrícolas na região de Luís Eduardo Magalhães, pudemos realizar a troca de experiência e alinhamentos de posicionamentos técnicos e controle da Helicoverpa Armigera com o Vírus HzNPV CCAB. Buscamos nessa oportunidade, aprimorar as téc-

nicas de manejo e o uso correto das novas ferramentas biológicas de controle da Helicoverpa Armigera, praga que vem tirando o sono dos produtores brasileiros.”

Ainda de acordo com Luiz Américo, as trocas de experiência são decisivas para direcionamentos corretos na cultura em andamento e no planejamento das próximas safras. “O Vírus HzNPV CCAB mostrou que será o principal produto no manejo do controle da Helicoverpa Armigera.”

